



ASSENTAMENTO CANUDOS (GO): REFORMA AGRÁRIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E REPRODUÇÃO DA VIDA.

Rozângela Aparecida de Oliveira¹
Manoel Calaça²

RESUMO

O Brasil é um país com elevada concentração de terras no mundo com estrutura fundiária dominada por grandes latifúndios que está na base da formação socioespacial brasileira, que começa com as escaramuças dos colonizadores contra as comunidades indígenas que ocupavam o território brasileiro. Esse processo foi marcado pela luta incessante pelo acesso à terra, privatizada no processo de colonização e consolidada com a Lei de Terras de 1850, excluindo ex-escravos e camponeses do acesso à terra. No Brasil e em muitos outros países, onde as massas camponesas, premidas pelo pauperismo, começavam a reivindicar uma melhor distribuição da terra, se inicia de fato, com o término da II Guerra Mundial. Mas é no território brasileiro que a reforma agrária entrou no debate acadêmico nacional nas décadas de 1950 e 1980, e desde então foi tema de muitos debates tornando-se recorrente. Enquanto os debates se intensificaram no espaço urbano, no meio rural, o uso da violência por parte dos grandes proprietários de terra não é resultado somente de um Estado impotente, mas parece ser, sobretudo, a afirmação de um poder paralelo que faz estabelecer paralelos entre modernidade e arcaísmo, civilização e barbárie. Mas também é nesse mesmo cenário político de desafios, lutas e conquistas, que o MST tornou-se notório pela luta social que empreende em vista da reforma agrária no Brasil e, notadamente em Goiás, tendo Canudos o marco exemplar de ações coletivas organizadas, que o MST constitui-se como sujeito político.

Palavras-chave: Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamento canudos, Produção de alimentos, Reprodução da vida.

RESUMEN

Brasil es un país con la mayor concentración de tierras del mundo, con una estructura agraria dominada por latifundios que sustentan la formación socioespacial brasileña, que comenzó con las escaramuzas de los colonizadores contra las comunidades indígenas que ocupaban territorio brasileño. Este proceso estuvo marcado por la incesante lucha por el acceso a la tierra, privatizada durante el proceso de colonización y consolidada con la Ley de Tierras de 1850, excluyendo a los antiguos esclavos y campesinos del acceso a la tierra. En Brasil y muchos otros países, donde las masas campesinas, presionadas por la pobreza, comenzaron a exigir una mejor distribución de la tierra, el movimiento comenzó en serio con el fin de la Segunda Guerra Mundial. Pero fue en Brasil donde la reforma agraria entró en el debate académico nacional en las décadas de 1950 y 1980, y desde entonces ha sido objeto de muchos debates, convirtiéndose en un tema recurrente. Mientras los debates se intensifican en los espacios urbanos, en las zonas rurales, el uso de la violencia por parte de los latifundistas no solo es resultado de un Estado impotente, sino que parece ser, sobre todo, la afirmación de un poder paralelo que establece paralelismos entre la modernidad y el arcaísmo, la

¹Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás- UFG, rozangelaroz@gmail.com

²Prof. Dr. do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG, manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com



civilización y la barbarie. Pero es también en este mismo panorama político de desafíos, luchas y logros que el MST se ha hecho famoso por la lucha social que libra por la reforma agraria en Brasil. Cabe destacar que en Goiás, con Canudos como un referente de la acción colectiva organizada, el MST se ha consolidado como sujeto político.

Palabras-claves: Reforma Agraria; Asentamiento de Canudos; Producción de Alimentos; Reproducción de la Vida.

ABSTRACT

Brazil is a country with the highest land concentration in the world, with a land structure dominated by large estates that underpin the Brazilian socio-spatial formation, which began with the colonizers' skirmishes against the indigenous communities occupying Brazilian territory. This process was marked by the incessant struggle for access to land, privatized during the colonization process and consolidated with the Land Law of 1850, excluding former slaves and peasants from access to land. In Brazil and many other countries, where the peasant masses, pressured by poverty, began to demand a better distribution of land, the movement began in earnest with the end of World War II. But it was in Brazil that agrarian reform entered the national academic debate in the 1950s and 1980s, and since then it has been the subject of many debates, becoming a recurring theme. While debates have intensified in urban spaces, in rural areas, the use of violence by large landowners is not only the result of an impotent state, but appears to be, above all, the assertion of a parallel power that draws parallels between modernity and archaism, civilization and barbarism. Yet it is also in this same political landscape of challenges, struggles, and achievements that the MST has become notorious for the social struggle it wages toward agrarian reform in Brazil. Notably in Goiás, with Canudos serving as an exemplary landmark of organized collective action, the MST has established itself as a political subject.

Keywords: Agrarian Reform; Canudos Settlement, Food Production, Reproduction of Life.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com elevada concentração de terras no mundo com estrutura fundiária dominada por grandes latifúndios que está na base da formação socioespacial brasileira, que começa com as escaramuças dos colonizadores contra as comunidades indígenas que ocupavam o território brasileiro. Esse processo foi marcado pela luta incessante pelo acesso à terra, privatizada no processo de colonização e consolidada com a Lei de Terras de 1850, excluindo ex-escravos e camponeses de acesso a terra. Em razão do processo histórico e da lógica escravista colonial a luta pela terra sempre esteve presente, em todo território nacional (Anacleto, 2014).

No Brasil e em muitos outros países, onde as massas camponesas, premidas pelo pauperismo, começavam a reivindicar uma melhor distribuição da terra, se inicia de fato, com o término da II Segunda Guerra Mundial, em 1945. Mas é no território brasileiro que a



reforma agrária entrou no debate acadêmico nacional na década de 1950, e desde então foi tema de muitos debates tornando-se recorrente. Enquanto os debates se intensificam no espaço urbano, no meio rural, segundo Barreira (1999) o uso da violência por parte dos grandes proprietários de terra não é resultado somente de um Estado impotente, mas parece ser, sobretudo, a afirmação de um poder paralelo que faz estabelecer paralelos entre modernidade e arcaísmo, civilização e barbárie.

Desde então, os conflitos agrários se avolumariam aos tempos atuais. De um lado, os grandes latifundiários e de outro os despossuídos daquele contexto político. No entanto, de ambos os lados, é cominteresses na agricultura e posteriormente com a pecuária, que busca a apropriação da terra ganha dimensões políticas de ambos os lados. E os trabalhadores Sem-Terra, desejosos por uma reforma agrária que reduzisse as desigualdades sociais, criaram uma organização cuja ferramenta política, nas observações de Chaves (2000), é, eminentemente, a ação direta. De acordo com Caio Prado Júnior (1994), foi notadamente na agricultura que se assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro. A devastação das áreas florestadas, em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempreem busca de solos frescos e que foi possível manter durante tanto tempo a cultura da cana.

Anacleto (2014) nos lembra de que no Estado de Goiás e a formação agrária do seu território, é marcada por um processo histórico de conflitos na disputa territorial entre posseiros e latifundiários. Após a decadência aurífera – um marco importante da história goiana -a pecuária extensiva contribuiu sobremaneira para fundar a base e extruturação da sociedade goiana, centrada na figura do fazendeiro como o centro político, econômico e social. Economicamente, a pecuária era a atividade mais viável para o sertão goiano, por exigir, apenas, pastagens naturais, pouca mão de obra, instalações rústicas e pouco investimento de capitais.

Cabe relembrar que a Lei de Terras foi importante para a manutenção da estrutura agrária goiana, baseada no latifúndio, uma vez que a venda de terras era processada a partir do maior lance, prejudicando aqueles que, de fato, cultivavam as terras: os camponeses. E, para não deixar passar despercebido nesse contexto agrário goiano (enquanto retrospecto do ocorrido no restante do território brasileiro) que a política de terras beneficiou a classe latifundiária que, em sua maioria, havia obtido suas terras de modo ilegal.

Os camponeses, por sua vez, se preocupavam mais com a posse e não com a propriedade jurídica da terra. Para aqueles, a posse simbolizava a garantia da propriedade.



Juntas – agricultura e pecuária – estabeleceram os rumos e ritmos da economia do Estado de Goiás, apontando recordes de produção, porém evidenciando rastros de degradação territorial, injustiças ambientais e cenários de vulnerabilidades sociais tão antigas quanto à fome, a miséria e a exclusão de parcelas mais pobres da população (Ribeiro, et al, 2021).

É nesse universo agrário brasileiro de grandes extensões de terras concentradas nas mãos de poucos, e a maioria de excluídos do acesso a terra, onde imperam as desigualdades sociais econômicas, políticas e ambientais, que protagonizou movimentos de luta pela reforma agrária e pelo direito a terra para a reprodução da vida.

Mas também é nesse mesmo cenário político de desafios, lutas e conquistas, que o MST tornou-se notório pela luta social que empreende em vista da reforma agrária no Brasil e, notadamente em Goiás, tendo no Assentamento Canudos o marco exemplar de ações coletivas organizadas. É através dessas ações, geralmente de forte impacto simbólico, que o MST constitui-se como sujeito político (Chaves, 2000).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é revisão da literatura sobre o Assentamento Canudos, trabalhos de campo para observação e entrevistas com assentados e lideranças do MST. A leitura atenta do Relatório do Planejamento do Assentamento Canudos, foi fundamental a compreensão da concepção do assentamento e do processo de organização territorial, caracterizado pela participação ativa dos pré-assentados. Por outro lado, analisar/vivenciar o exemplo do Assentamento Canudos e suas faces de modelo de reforma agrária que o transformou num marco histórico do MST, em Goiás, é uma experiência transformadora.

A pesquisa ainda está na fase inicial, porém muitos dos elementos analisados foram captados a partir das visitas e vivência no Assentamento Canudos e interlocução com vários autores que refletem acerca do assunto e da interlocução com pesquisadores sobre o assentamento.



REFERENCIAL TEÓRICO

“Tanta terra concentrada, tantos colonos sem chão. Milhões de desempregados faltando alimentação. E quem chama por Reforma, dizem que é subversão”

(Adão Preto – Movimento dos Sem Terra)

O processo de constituição da estrutura fundiária brasileira foi marcado, desde sua origem, por casuísmo, descaso e má fé. No entendimento de Martins (1981), o Brasil surgiu no cenário político mundial como resultado do arrojo e da ambição dos colonizadores, que delimitaram suas confrontações geográficas antes mesmo de sua exploração através do Tratado de Tordesilhas, garantindo assim a posse do território. Nessas circunstâncias, quando se decidiu ocupar efetivamente as terras brasileiras, não se deram ao trabalho de elaborar uma legislação específica para o caso, preferindo a simples transposição do que já existia em funcionamento no velho mundo: a Lei de Sesmarias. Ela vigorou no País até 1850, quando atendendo a novos interesses edita-se uma lei brasileira de conteúdo nobilíssimo, mas de efeito efêmero: a Lei de Terras. Como já dissemos, ela – A Lei de Terras – possibilitou o aumento e a afirmação da força política dos proprietários de grandes extensões territoriais, o que, por outro lado ampliou os conflitos agrários no Brasil, de modo mais acentuado a partir dos anos de 1970.

Para Pessoa (1999), os conflitos fundiários que cresceram e adquiriram corpo em todas as partes do País, sobretudo na década de 1970, se justificaram ao processo de modernização da agricultura brasileira e da política de incentivos fiscais, usando como bandeira da reforma agrária, a qual atraiu segmentos diversificados: os excluídos do processo de modernização, filhos de pequenos proprietários, trabalhadores que foram expulsos do campo, os assalariados rurais etc. Segundo aquele autor, todos viram no acesso à terra uma alternativa de melhores condições de vida.

Entretanto, como bem destaca Anacleto (2014), a luta pela terra ganha novos contornos a parti da década de 1980, quando organizações e/ou movimentos sociais de camponeses passam a voltar suas ações para as ocupações de terras emolduradas como latifúndios enquanto forma de delatar a improdutividade dos mesmo e exigir a democratização ao acesso à terra, uma vez que os centros urbanos não absorveram os camponeses do êxodo rural promovido pela modernização da agricultura.



Em Goiás, a luta pela terra, as políticas de reforma agrária foram herdadas do restante do País, atingido pela modernização capitalista no cerrado, propiciaram transformações e impactaram o modo de vida em escalas sociais de múltiplas faces. A história de Goiás revela um panorama em que as transformações territoriais estão intrinsecamente ligadas à evolução política, econômica e social do Estado (Borges, 1997). A construção de Brasília e de Goiânia marcou uma mudança profunda, dando origem a uma nova configuração capitalista que impactou camponeses, fazendeiros tradicionais, pequenos proprietários e povos indígenas. Esse processo de modernização do cerrado goiano impulsionou a criação de assentamentos rurais, transformando-os em espaços de resistência e luta pela terra.

O Assentamento Canudos, localizado na região metropolitana de Goiânia, surge como um microcosmo dessas transformações e disputas territoriais. Fundamentado nos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Assentamento Canudos simboliza não apenas uma conquista, mas também um desafio para os agricultores e agricultoras na busca por autonomia e sustentabilidade. A pesquisa proposta busca analisar a estruturação e as transformações socioterritoriais no PA Canudos – GO, no período de 2001 a 2024.

O referencial teórico foi erguido a partir das interlocuções realizadas com geógrafos, historiadores, sociólogos, órgãos ambientalistas, leis que tratam da estrutura fundiária do País desde os tempos da colonização aos tempos atuais, dentre outros, propiciaram leituras aprofundadas da história goiana e seus perfis econômicos, do conceito de território, considerando suas dimensões econômicas, culturais e políticas, a questão agrária no território brasileiro e goiano.

Ressalta-se a importância de uma abordagem integrada, capaz de captar a complexidade e a dinamicidade das relações territoriais, para analisar as transformações em curso no Assentamento Canudos. Dessa forma, o estudo do Assentamento Canudos ultrapassa a análise local, oferecendo perspectivas mais amplas sobre os desafios e potencialidades da reforma agrária no Brasil, contribuindo para o debate sobre produção de alimentos, preservação ambiental e qualidade de vida no campo e na cidade.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Assentamento Canudos, foi instalado como pré-assentamento em 2001, cuja alocação das famílias precedeu à oficialização do assentamento ocorrida com a conclusão do PDA, e sua entrega ao INCRA em julho de 2003. Canudos está organizado em 9 (nove) áreas, que corresponde a vertente de um curso d'água, nos três municípios em que está inserido. O assentamento tem uma área de 12.771,9432 hectares, sendo que 6534,32 ha foram destinados ao parcelamento e assentamentos das famílias e o restante foi destinado à Reserva Legal (RL), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Área de Preservação Permanente (APP). Um elemento diferencial do PA Canudos refere-se ao fato de as áreas de reserva são de responsabilidade coletiva e não está incluída na área da parcela (UFG/PDA Canudos, 2003). Essas características ambientais torna o assentamento Canudos diferenciado dos demais planejados até então.

A pesquisa em andamento sobre o PA Canudos é uma oportunidade de demonstrar a importância da reforma agrária. Com o resultado final da pesquisa pretendemos contribuir com o debate sobre a importância da reforma agrária para a produção de alimentos saudáveis e da afirmação da cidadania de famílias, antes excluídos do acesso a terra como meio de produção e afirmar a urgência da efetivação da reforma agrária. O Assentamento Canudos é um exemplo de um projeto que, apesar das contradições internas, depois de 30 anos de sua instalação, constitui-se numa referência pela forma de organização territorial, social e ambiental e pela diversidade da produção dos assentados.

Podemos afirmar que o território que engloba o Assentamento Canudos, resulta de conflitos, e constitui-se um território de possibilidades e redescobertas quanto aos desafios para a produção de alimentos tanto para o consumo interno, como para as sociedades locais e da região metropolitana, bem como na reprodução da vida camponesa.

O assentamento tem uma produção diversificada. Vai da produção de leite, aves e ovos, verduras e frutas diversificadas. Destaca-se ainda produtos processados que agrega valor ao produtos cultivados como linguiça, salame, queijo, doces, conservas e muitos outros. Muitos gricultores participam de políticas públicas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, dentre outros.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a história agrária brasileira desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil, Fernandes (2001), ressalta que na leitura desses cinco séculos da história do Brasil, é praticamente impossível dissociar as ocupações de terras pelos camponeses e da intensificação da concentração fundiária. Esses processos sempre se desenvolveram simultaneamente construindo um dos maiores problemas políticos do Brasil: a questão agrária. No momento, a luta pela reforma agrária passou a fazer parte desta questão, que possui, segundo Fernandes (2001), a seguinte configuração: a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa.

No caso da luta camponesa, no tocante a realização da reforma agrária, mas uma reforma agrária popular, é importante afirmar que não se trata apenas da ocupação da terra. É preciso buscar novos métodos de produção com qualidade, com autonomia e a efetivação de valor monetário e do fortalecimento de políticas públicas para a agricultura camponesa. Como afirmado anteriormente, o Assentamento Canudos se transformou num marco histórico do MST, em Goiás.

Entretanto, o modo pelo qual o território de Canudos vem se transformando em modelo de reforma agrária também é um testemunho de que, diante dos extensos latifúndios existente no território brasileiro e goiano, sendo apropriados por uma pequena parte, acenam para a continuidade da política de reforma agrária.

A efetivação da reforma agrária brasileira apresenta-se como uma necessidade urgente, capaz de instaurar condições socioeconômicas e ambientais mais justas e solidárias no País. Tal urgência se justifica pela histórica concentração de terras nas mãos de poucos – como já informamos acima - e pelo consequente contingente populacional excluído desse processo de apropriação territorial.

Para ilustrar esse cenário, segundo Anacleto (2014), o Brasil figura entre os países com maior índice de concentração fundiária do mundo, com cerca de 250 milhões de hectares classificados como terras devolutas e aproximadamente 285 milhões de hectares sob domínio de latifúndios. Diante desse quadro, a reforma agrária torna-se indispensável para a efetivação dos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e ampliação da produção de alimentos.

Além disso, constitui-se como mecanismo de descentralização da posse da terra, de contenção do êxodo rural, de geração de empregos no campo e de fortalecimento da



agricultura familiar. Nesse contexto, a Fazenda Palmeiras, localizada no Estado de Goiás, simbolizava essa realidade de concentração e improdutividade fundiária até ser desapropriada e destinada à reforma agrária.

Sua transformação em Assentamento Canudos exemplifica como o acesso à terra pode se converter em instrumento de resistência, de reprodução da vida camponesa e de construção de um território voltado ao interesse social e ambiental. A antiga Fazenda Palmeiras possuía uma área de 2.178 hectares destinada à preservação ambiental na forma de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Os agricultores e as agricultoras do Assentamento Canudos, conquistaram autonomia mediante o acesso à terra, construindo formas próprias de produção, de comercialização da produção e de relação com os consumidores e de superação da intermediação. Canudos segue sendo uma iniciativa e experiência bastante positiva, pois, nele, foram assentadas 329 famílias e recentemente, outras famílias foram assentadas, o que eleva o número de parceiros para, aproximadamente 339 famílias assentadas, onde construíram suas moradias, produzem alimentos necessários para sua subsistência e comercialização e vivem com dignidade e em paz.

Produzir, consumir e vender a produção e realizar o valor monetário do trabalho, é expressão de autonomia daqueles agricultores e agricultoras, no interior do Brasil. Nesse sentido, o Assentamento Canudos, em Goiás, representa uma conquista de famílias sem terras.

Por fim, o acesso a um pedaço de chão para viver e reproduzir a vida com produção de alimentos saudáveis é um desejo dos excluídos do campo, bem como é também uma maneira de resistir aos desafios da reprodução da vida e de um modo de viver.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. ALMEIDA Maria Geralda de. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

ANACLETO, Álvaro. **As disputas territoriais na construção do Assentamento Canudos, em Goiás**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/135995>. Acesso em: 20 mar. 2022.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

BARREIRA, César. **Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás – PA.** Revista do Trabalhadores Sem-Terra. São Paulo, 1999.

BORGES, Barsanulfo Gomes. **O despertar dos dormentes – estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909 1922,** Goiânia, CEGRAF/UFG, 1997.

CHAVES, Chistine de Alencar. **A marcha nacional dos Sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social.** Tese de Doutorado. UNICAMP – Universidade de Campinas. São Paulo, 2000.

ESTEVAM, Luiz. **O tempo da transformação. Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás / Luis Estevam.** Goiânia. Ed. Do Autor, 1997.

FERNANDES, B. M. Brasil: **500 anos de luta pela terra.** Revista de Cultura Vozes. Rio de Janeiro, 2001.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra.** São Paulo: lech, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG. **Relatório do Planejamento Sustentável do Assentamento Canudos.** Goiânia: UFG/PDA, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia.** Caio Prado Júnior. 23 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa. Cotidiano e história em assentamentos de Goiás.** Tese de Doutorado – UNESP - (1999).

RIBEIRO, T. A. N., BRINGHENTI, M. V. e COSTA LEÃO, L. H. da. Trabalho escravo, conflitos socioambientais e a epidemiologia popular no contexto do agronegócio mato-grossense. In: **Desastres Sócio Ambientais do Agronegócio e Resistência Agroecológica no Brasil.** Wanderlei Antônio Pignati, Marcia Leopoldina Montanari Corrêa, Luís Henrique da Costa Leão, Marta Gislene Pignatti, Jorge Mesquita Huet Machado (orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2021.